



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

## Eixo temático: Movimentos Sociais e Serviço Social

Sub-eixo: Serviço Social e Movimentos Sociais: pesquisa teórica e profissional

### MOVIMENTOS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL: UMA RELAÇÃO NECESSÁRIA?

TACIANE COUTO GONÇALVES

#### RESUMO

Reflexão teórica sobre Serviço Social e movimento social apresentando aspectos dessa relação na formação (defendendo que a interlocução nesse momento apresenta os sujeitos coletivos como atores com os quais se poderia e deveria dialogar) e no trabalho (demonstrando como as dimensões e demais elementos profissionais são mobilizados sob a luz do projeto profissional).

**Palavras-chave:** Movimento social. Serviço Social. Trabalho profissional.

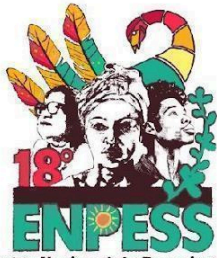
#### ABSTRACT

Reflexión teórica sobre Trabajo Social y movimiento social presentando aspectos de esta relación en la formación (argumentando que el diálogo en este momento presenta a los movimientos sociales como actores con los que se puede y se debe dialogar) y en el trabajo (mostrando cómo las dimensiones y otros elementos profesionales son movilizados a la luz del proyecto profesional).

**Palabras clave:** Movimiento social. Servicio Social. Trabajo Social.

#### 1-Introdução

Primeiramente, explicitamos ao/à leitor/a que o título desse artigo trata-se de um pergunta retórica, afinal, este estudo parte do pressuposto que a aproximação com os movimentos sociais (MS) foi um dos esteios do projeto profissional crítico do Serviço Social e se configura como uma das estratégias para que tal projeto mantenha sua hegemonia no interior da profissão, pois, a ação profissional com movimentos sociais (com destaque para aqueles cujo o



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

horizonte estratégico é radicalmente democrático) é um dos caminhos para a orientação ética, teórica, política e interventiva do Serviço Social que preza pela crítica a este sistema de exploração e opressão de trabalhadores/as. É um dos caminhos para que tal orientação crítica não sucumba e não retroceda frente aos avanços do projeto neoliberal e suas nuances conservadoras e reacionárias.

A defesa dos MS aparece como um dos princípios do código de ética profissional do Serviço Social, logo, reafirmar a importância dessa relação neste artigo não configura algo inédito e tão pouco ousaria dizer se tratar de uma defesa solitária, pois, a despeito das dificuldades e desafios, certamente me somo a dezenas de colegas que reafirmam e buscam materializar tal princípio cotidianamente.

Compreendemos que não é um desafio menor agir fora do "padrão" esperado pelas instituições do *status quo*, ou seja, agir fora do padrão que espera do/a profissional o apaziguamento dos conflitos, a naturalização das contradições, a moralização e individualização dos problemas sociais. Os espaços ocupacionais, em sua maioria, configuram espaços instituídos na e pela sociabilidade burguesa e, atravessados pelas contradições sociais, podem ter efeito desmobilizador pelas respostas paliativas que oferecem aos anseios sociais, por frearem a crítica social na medida que obrigam os/as usuários/as a se moldarem às regras, sob ameaça de não serem atendidos/as em suas necessidades. Contudo, mesmo que operando sob uma lógica reformista, podem ser um primeiro espaço de vivência democrática a depender da correlação de forças dentro e fora de seus muros.

Neste artigo, teceremos algumas considerações sobre a relação entre o Serviço Social e os MS a partir das interlocuções possíveis na formação e no exercício profissional.

## **2- Interlocuções na formação e no trabalho profissional**

É interessante, tendo em vista a produção acadêmica, compartilhar por onde passa o entendimento construído pelo Serviço Social sobre os movimentos sociais e sobre a crítica anticapitalista.<sup>1</sup> As lutas sociais integram a questão social pois esta não implica apenas as mazelas decorrentes de sistemas de opressão e da exploração do trabalho nos marcos do capitalismo, mas também as insubordinações praticadas pela classe trabalhadora que

---

<sup>1</sup> E nesse caso, não queremos dizer que se trata de uma defesa unânime e sim da defesa expressa pelo projeto profissional que hoje é o hegemônico.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

denunciam e combatem tais relações de exploração e opressão. As particularidades assumidas pelas lutas populares e demais expressões da questão social associam-se com o padrão de desenvolvimento econômico registrado em cada contexto e, enquanto matéria do Serviço Social, as análises dos processos de luta também são imprescindíveis nas produções intelectuais e na própria intervenção de assistentes sociais.

Partimos do entendimento de que a emergência e o desenvolvimento dos movimentos sociais, [...], são o desdobramento sociopolítico das contradições do desenvolvimento capitalista que se materializam na chamada "questão social". Foram os movimentos sociais que transformaram a questão social, [...] numa questão política e pública. E é no campo da sociedade civil, [...], que se desenvolve a visibilidade política e pública da questão social pelos movimentos sociais (Duriguetto; Souza; Silva, 2009, p.14).

Entendemos que os sujeitos coletivos se constituem enquanto organismos vivos presentes na sociedade e que as lutas sociais, políticas, econômicas e culturais podem e devem ser pautadas na produção de ações que proporcionem a essas coletividades a elaboração de uma identidade coletiva com perspectiva de classe e racial (FARGE *et al*, 2021, p.79).

Em Marro (2022) há a defesa de que o caminho investigativo que parte das insubordinações seria o mais propício para que a profissão ampliasse o horizonte interventivo, captando quais demandas são trazidas pelos sujeitos e não se atendo, exclusivamente, às requisições institucionais. É a possibilidade, inclusive, de cavar novos espaços de inserção profissional.

Apesar de reconhecermos as lutas sociais como parte dos fundamentos da questão social, é possível afirmar que no debate profissional do Serviço Social das últimas décadas, temos exercitado pouco este ângulo de reflexão, ora porque prevalecem como uma referência genérica, ora porque os sujeitos coletivos concretos remetem a uma referência abstrata da classe trabalhadora, ora porque não se estabelecem as relações concretas que existem entre essas lutas e as demandas cotidianas postas para os Assistentes Sociais (Marro, 2022, p 1-2)

A denúncia da classe trabalhadora é crucial para que várias situações de violação de direitos sejam devidamente tratadas pela sociedade e pelo poder público. Compreender tais questões como matéria legítima de intervenção profissional é um começo. O passo seguinte é o desenvolvimento de uma intervenção profissional crítica e eticamente referenciada no atual projeto ético-político (PEP).

Em março de 2023, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) publicou em suas redes o documento "Subsídios para o debate sobre as lutas e os



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

movimentos sociais na formação profissional em Serviço Social<sup>2</sup>. Com o objetivo de subsidiar o debate sobre o tema das lutas sociais e os movimentos sociais (MS) no âmbito da nossa formação acadêmico-profissional, o documento expressa um interesse de que tal temática seja abordada de diferentes formas e graus de complexidade durante a formação. Espera-se contribuir para que futuros/as assistentes sociais reconheçam os MS como espaços legítimos e necessários de articulação e de atuação profissional, elaborando sobre as diferentes maneiras de interlocução entre os sujeitos coletivos e o Serviço Social sob uma perspectiva crítica e em consonância com o atual PEP.

O documento indica que a aproximação com as lutas sociais, buscada pela profissão em meados do século XX, constituiu um vínculo mais orgânico no pós 1980, momento em que o Serviço Social demonstrou alcançar sua maturidade intelectual, profissional e política, expressando uma melhor apreensão sobre a dimensão ideo-política do seu trabalho; um avanço na pesquisa e em trabalhos junto a diferentes setores da classe trabalhadora; um avanço na própria compreensão sobre a população atendida pelos serviços sociais (sua condição de classe, de sujeito coletivo etc.); dentre outros.

Nesse sentido, é possível identificar interessantes produções que refletem sobre experiências de intervenção a partir da investigação-ação, da educação popular, da assessoria aos movimentos sociais, inspiradas pelas produções do âmbito regional herdadas da década anterior (GTP-ABEPSS, 2022, p.16).

Contraditoriamente, a entrada nos anos 1990 foi marcada por certo recuo na produção a respeito dos movimentos sociais e dos processos de resistência dos/as trabalhadores/as. As teorizações sobre os processos de organização e luta da classe trabalhadora reaparecem no Serviço Social com a entrada nos anos 2000 indicando, dentre outras coisas, a pluralidade dos sujeitos, das pautas, dos arranjos organizativos e dos espaços em que tais conflitos podem se desenrolar. Ainda assim, tem se tratado de uma aparição tímida e que ainda demanda um maior empenho por parte da profissão, não apenas em termos intelectuais como também interventivos (GTP-ABEPSS, 2022).

---

<sup>2</sup> O documento elaborado pelo Grupo de Trabalho e Pesquisa sobre Movimentos Sociais e Serviço Social (GTPMSSS), concluiu uma das tarefas da gestão 2021-2022 e se estrutura em quatro capítulos em que trata “d’O tema das lutas e movimentos sociais nas Diretrizes Curriculares”; do “Estado da arte no trato dos movimentos sociais no ENPESS/CBAS e a Revista Serviço Social & Sociedade”; “d’O tema dos movimentos sociais na formação de graduação e da pós-graduação” e de “Indicações de sistematizações anteriores sobre a extensão e movimentos sociais, a partir dos Grupos de Extensão e o debate da curricularização”.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Quando o assunto é a articulação entre ensino-pesquisa-extensão, os resultados do levantamento não são animadores. A tendência observada ainda é de poucas pesquisas sobre MS e Serviço Social (estando as instituições públicas e comunitárias com maior concentração de projetos em relação às privadas) e um número irrisório de projetos de extensão (nesse caso, as instituições de ensino particulares e comunitárias não registraram atividades) (GTP-ABEPSS, 2022).

Considerando o que se tem publicado sobre a articulação da profissão com os MS<sup>3</sup>, é interessante observar que o pouco que se tem registrado é comumente oriundo de atividades extensionistas. Esse cenário de escassez "acende o sinal de alerta", pois aponta para a profundidade desse distanciamento e permite relacionar que, sendo pouco numerosas as experiências concretas de interlocução, será menos provável que o conteúdo que trata das lutas sociais e dos MS apareça com destaque na formação. Ao mesmo tempo que se poderia supor que o debate ausente desde a formação mais contribui com a falta de capilaridade e com a dificuldade de profissionais estabelecerem relações consistentes e críticas com as organizações da classe trabalhadora do que o contrário disso. Logo, aumenta-se a relevância de tais experiências extensionistas no que tange fomentar reflexões e ações.

Não dá pra afirmar que a baixa incidência desse tema na formação acadêmico profissional seja o fator determinante do distanciamento expresso posteriormente na atuação, já que há aspectos sociais que antecedem e ultrapassam o momento profissionalizante, mas

é algo que demanda atenção. O projeto social burguês impõe a criminalização e estigmatização dos MS e no âmbito dos espaços ocupacionais da profissão conformam-se requisições institucionais que ora invisibilizam os MS, ora buscam "apaziguar" os conflitos sociais, ora contribuem com a lógica punitivista dos processos de resistência, dentre outros fatores que atendem aos anseios de manutenção do *status quo*. Todavia, propõe-se que esse cenário desfavorável, antes de ser motivo de resignação e desistência, justifique a urgência em se motivar a consolidação de uma relação real entre a base profissional e o conjunto da classe trabalhadora organizada e mobilizada na luta contra-hegemônica.

---

<sup>3</sup> Inclusive, o documento materializa o esforço encampado pela ABEPSS e por pesquisadoras da área em, dentre outras coisas, apresentar um panorama geral sobre em que condições se encontra a formação e a produção intelectual da profissão sobre o tema das lutas sociais, dos MS e a relação disso com o exercício profissional. Tem grande valia para conseguirmos diagnosticar possíveis fragilidades e potencialidades nesse universo temático, não apenas em termos de produção intelectual como também em termos de construção uma interlocução com bases reais e capilaridade social. Uma tarefa que é tão desafiadora quanto é importante para dar solidez ao atual PEP.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

A defesa da articulação com os movimentos sociais desde o momento da formação acadêmico-profissional relaciona-se completamente com o objetivo de formar assistentes sociais com capacidade crítica de leitura e de ação na realidade. Pode-se defender isso apontando que a formação é momento propício para teorizar e investigar caminhos de atendimento alternativos às demandas sociais, reconhecendo que os interesses dos/as trabalhadores/as também extrapolam a via institucional. Em outras palavras, num contexto em que as respostas às expressões da questão social são cada vez mais insuficientes, fragmentadas, conservadoras e criminalizadoras, as contradições e limites da via institucional são reconhecidos e, por isso, precisam considerar as vias extra-institucionais que tanto reforçam a ideia de democracia radical e, por isso, vão ao encontro do Projeto Ético-Político

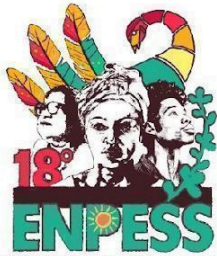
do Serviço Social. Forja-se a dimensão investigativa<sup>4</sup> nesses processos de interlocução na medida que, por meio dela, a profissão busca decifrar as demandas e anseios da comunidade ouvindo e convivendo com a própria comunidade.

Avançamos teoricamente, enquanto profissão e área do conhecimento, nos debates sobre como o objeto de nosso trabalho (as expressões da questão social) tem sua compreensão comprometida quando não se tem em conta a sua dimensão política que envolve as lutas sociais; ou sobre como nossos espaços de inserção, majoritariamente, nas políticas sociais não existiriam sem a luta constante por direitos; ou como a disputa pelo Estado também se expressa nas disputas entre as classes para controlá-lo. O mérito desse avanço teórico, desde décadas atrás, também tem lastros nesse diálogo que a profissão forjou com a classe trabalhadora em luta.

A garantia de uma formação crítica e de qualidade é imprescindível (principalmente, se combinada com a experiência empírica de participação política) para que se entenda que a luta de classes não é criada e deflagrada pela/o assistente social que apoia a luta e organização da população atendida no âmbito dos programas e ações sociais. A luta de classes é um fenômeno social que, obviamente, foge ao controle da atuação profissional, contudo, tem-se a expectativa de que o/a profissional melhor preparado/a para apreender as contradições que este fenômeno envolve, tenha também condições de identificar a melhor forma de contribuir no processo fortalecendo um projeto social crítico.

---

<sup>4</sup> A denominada dimensão investigativa em nada remete a algum tipo de processo de fiscalização policesca de comportamentos da população por parte de assistentes sociais. Refere-se ao esforço intelectual de interpretar a realidade concreta daquele território e população, de forma que se possa contribuir com leituras e ações críticas, com a auto-organização, com o controle social das políticas públicas etc.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

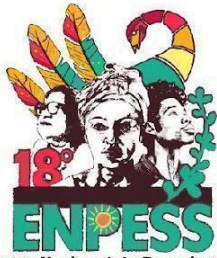
Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Para tecer algumas considerações sobre o trabalho junto aos MS - as possibilidades, particularidades, desafios e contradições - partiremos de algumas publicações sobre o tema que podem indicar aspectos interessantes nessa interlocução. A começar pela docência que, em termos de inserção profissional no Serviço Social, se configura como um espaço ocupacional no qual se encontram exemplos mais frequentes de interlocução com os movimentos sociais. Para ilustrar as possibilidades nesse âmbito, extraímos um trecho de um relato de projeto de extensão em que se listam como atividades:

1. apoio à mobilização popular e articulação de diversos sujeitos em luta;
2. qualificação da participação política na elaboração, implementação e controle da política pública;
3. assessoria política e técnica a movimentos sociais;
4. formação teórico-política e cidadã para o fortalecimento da organização popular e constituição de sujeitos coletivos;
5. desenvolvimento de estudos socio-econômicos (inclusive em articulação interdisciplinar com outras profissões) com o objetivo de potencializar os processos de auto-organização dos grupos subalternos em torno das suas condições de vida e de trabalho, assim como nutrir suas reivindicações para a implementação de possíveis intervenções do poder público;
6. qualificação e politização dos debates (através de palestras, oficinas, dinâmicas de educação popular, assembleias comunitárias, fóruns) acerca dos modos privilegiados de enfrentamento das manifestações ligadas à “questão social”, envolvendo técnicos, profissionais, gestores e ainda dando visibilidade aos sujeitos subalternos para que no seu enfrentamento acionem traços de luta e resistência;
7. orientações, encaminhamentos e atendimentos que busquem potencializar a apropriação por parte desses grupos dos procedimentos institucionais e dos serviços que constituem direitos sociais de cidadania (Marro, 2011, p. 328).

Pelas ações listadas, a dimensão investigativa é mobilizada tanto no processo de elaboração do conhecimento como em sua divulgação, implicando a troca de saberes tão característica dos processos educativos (tomados no sentido mais amplo de processo de socialização). A dimensão ético-política tangencia todos os exemplos indicando, principalmente, o compromisso com a democratização das relações e o estímulo à participação e formação política que, por sua vez, seria capaz de contribuir com a consolidação de leituras mais críticas da realidade sem ferir ou negar a autonomia do MS. A dimensão técnico-operativa mobilizada na condução e encaminhamento das ações, dentre outras coisas, indica a capacidade profissional de apreciar e decidir sobre assuntos de interesse do MS ou grupo interlocutor. São aspectos que se realizam em unidade.

Em Duriguetto (2017b, p.118-119), quando se problematiza o trabalho profissional frente a violência estatal, pode-se pontuar orientações de uma postura eticamente mais adequada aos princípios do atual PEP e que também nos parecem pertinentes considerar quando pensamos



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

numa atuação preocupada em construir pontes com os MS: não compactuar com a violação de direitos recorrentes em remoções forçadas ou com o extermínio e encarceramento em massa da população, majoritariamente, jovem e negra. Defender a autonomia profissional e não compactuar com a subordinação do interesse social diante do interesse econômico. **Solidarizar-se com as organizações populares comunitárias e entidades defensoras dos direitos humanos.** Envolver a população na construção de respostas às suas demandas, legitimando e incentivando o controle social e a autonomia política. Explicitar as condições reais de oferta ou de inexistência de serviços sociais e recursos financeiros. Participar de conselhos, conferências e fóruns sobre a reforma urbana. **Fortalecer ações conjuntas entre os diferentes movimentos sociais urbanos.**

Assim como no texto de Duriguetto, em Alagoano e Gonçalves (2022) há aspectos que nos parecem pertinentes para o debate aqui proposto. Apresenta-se o trabalho profissional a partir da inserção em uma equipe multidisciplinar (Serviço Social, Psicologia, Arquitetura, Engenharia Agrônoma, Direito, cargos administrativos, cargos de coordenação e de mobilização social) constituída com o objetivo de prestar assessoria à população situadas em territórios em contexto de rompimentos de barragens. Ainda que não se trate de um relato de experiência de trabalho direto com um MS, é interessante observar que além de lidar com indivíduos e famílias atingidas, os/as técnicos/as que prestam assessoria podem lidar com MS e outros sujeitos coletivos que atuam no território. Inclusive, infere-se que um indicativo dessa interlocução é o uso da educação popular para assessorar a comunidade sobre seus direitos, formá-la para que compreenda aspectos mais complexos da realidade em que se insere e, com isso, apropriá-la da perspectiva de atuação coletiva para enfrentar tal realidade.

Sobre nossa inferência, explico que é característico do trabalho de base feito em MS populares o uso da educação popular para desenvolver junto à comunidade o estímulo à sua organização política. E é justamente a intenção da equipe de assessoria, visto que é relatado o interesse em garantir a participação da população atingida desde o início dos trabalhos, tanto que a composição de frentes de atuação se deu após um levantamento junto à comunidade, através da elaboração de “suas queixas” que foram sistematizadas pela equipe assessora e apresentadas como: frente de moradia, de saúde ambiente, de indenização, de trabalho e renda e de direito ao esporte, cultura e lazer.





Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Na ordem de prioridade eleita pela comunidade, esses eixos foram aprofundados por meio de laudos e estudos específicos realizados, ora pela equipe assessora, ora por contratação temporária de profissionais na condição de consultores técnicos. Além disso, foram sistematizadas e elaboradas medidas reparatórias a serem executadas pelas, Vale/ Samarco/ BHP Billiton ou Fundação Renova, sempre junto aos/às atingidos/as organizados/as em grupos de base.

Na execução da assessoria técnica, a educação popular foi incorporada como método e metodologia mais adequada ao trabalho, visto o esforço em contribuir com a politização crítica, com a mobilização e protagonismo social da população no território. Reuniões com os grupos de base e seminários temáticos são exemplos de instrumentos mobilizados para garantir a participação geral e a tomada de decisões coletivas (Alagoano; Gonçalves, 2022, p.6).

No texto, as autoras enfatizam que no trabalho de assessoria que analisam são priorizados os processos de elevação do nível de consciência e de apoio à mobilização e organização popular. Analisar a expertise profissional nesse contexto permite reconhecer o quanto a formação acadêmico-profissional de assistentes sociais os/as prepara para intervir na realidade social. Num contexto tão específico, o Serviço Social é reconhecido pela bagagem que traz sobre a operacionalização da rede de serviços socioassistenciais e de defesa de direitos humanos e sociais assim como pela contribuição que pode oferecer em processos que não necessariamente são suas prerrogativas, como é o caso da formação e mobilização social por direitos. E ainda podemos falar na dimensão ético-política e no caráter educativo da intervenção profissional que prioriza os interesses da comunidade atingida em detrimento do interesse da mineradora responsável pelo crime, valendo-se da educação popular nesse processo.

Em Gonçalves e Lopes (2019), apresenta-se a experiência de trabalho em uma organização sindical. Em resumo, o artigo relata que: a contratação de assistente social nesse espaço foi buscada, num primeiro momento, para atender os/as aposentados/as sindicalizados/as e para auxiliar a direção da entidade em processos de assessoria e formação; a alocação da profissional se deu no setor jurídico (por este ser a porta de entrada das demandas sociais apresentadas ao sindicato); solicitou-se um plano de trabalho; percebeu-se que o assédio moral nas relações de trabalho dos/as profissionais da Educação era a demanda proeminente; foi dada atenção às demandas a serem encaminhadas para a rede socioassistencial; divulgou-se o Serviço Social no sindicato usando material do CFESS/CRESS; fez-se um trabalho formativo a partir de datas importantes do ano; houve proposta profissional de acompanhamento das subsedes sindicais na cidade; houve proposta profissional de realização de rodas de conversas nas escolas sobre assédio moral; houve proposta profissional de encontros mensais para debater o envelhecimento e



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

condições de vida com os/as aposentados/as; foi solicitado o envolvimento da assistente social na organização de um Congresso estadual dos/as trabalhadores/as da educação e outros.

É interessante observar que houve a solicitação de construção de um plano de trabalho (o que parece indicar o respeito à autonomia profissional em organizar e conduzir seu próprio trabalho), que tal proposta foi apresentada pela assistente social (pois, assim como ocorre em outros espaços ocupacionais, o início ou continuidade das ações pode passar pelo crivo de instâncias superiores), contudo, apesar de não se abordar a rotina de atividades com mais detalhamento, as autoras escrevem que a implementação deste plano foi prejudicada em decorrência de outras requisições feitas à profissional e tratadas como atividades prioritárias, sendo mencionado que a direção do sindicato demandou um maior envolvimento em atividades de campanha eleitoral e na construção do seu Congresso Estadual.

Seria interessante ter mais elementos para analisar se a ingerência no trabalho profissional (digo no sentido de que houve requisição para atividades não previstas no plano de trabalho e que este, inclusive, não foi implementado como era esperado) poderia configurar um tipo de desvio de função. Pensando na participação em campanhas eleitorais e na realização de eventos congressuais, pode-se considerar que tais atividades são menos uma prerrogativa profissional e mais um tipo de competência geral. Ainda assim, não parece indicar um precedente para a descaracterização do trabalho visto que o apoio em processos de organização, mobilização e formação já é apresentado na literatura profissional como algo desejável no trabalho profissional.

Não tendo encontrado registros específicos do trabalho profissional a partir de políticas públicas setoriais (como na Assistência Social ou na Saúde) que estabelecesse algum tipo de interlocução com MS, consideramos válido buscar em documentos do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) algum elemento que indicasse atribuições e competências profissionais afins à discussão aqui proposta. Assim, encontramos nos “Parâmetros para atuação de assistentes sociais na Política de Assistência Social”, na lista das competências específicas, os trechos a seguir: [...] uma dimensão de intervenção coletiva junto a movimentos sociais, na perspectiva da socialização da informação, mobilização e organização popular, que tem como fundamento o reconhecimento e fortalecimento da classe trabalhadora como sujeito coletivo na luta pela ampliação dos direitos e responsabilização estatal (CFESS, 2011, p.19-20).

[...] uma dimensão de intervenção profissional voltada para inserção nos espaços democráticos de controle social e construção de estratégias para fomentar a participação, reivindicação e defesa dos direitos pelos/as usuários/as e trabalhadores/as nos Conselhos, Conferências e Fóruns da Assistência Social e de outras políticas públicas” (CFESS, 2011, p.20).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

[...] favorecer a participação dos/as usuários/as e movimentos sociais no processo de elaboração e avaliação do orçamento público” (CFESS, 2011, p.21).

[...] estimular a organização coletiva e orientar/as os usuários/as e trabalhadores/as da política de Assistência Social a constituir entidades representativas; instituir espaços coletivos de socialização de informação sobre os direitos socioassistenciais e sobre o dever do Estado de garantir sua implementação; assessorar os movimentos sociais na perspectiva de identificação de demandas, fortalecimento do coletivo, formulação de estratégias para defesa e acesso aos direitos (CFESS, 2011, p. 22).

Segundo o documento, o/a assistente social pode contribuir ativamente com os processos de mobilização, organização e formação de usuários e MS sem que isso configure um desvio de função, pois integra o rol de “competências específicas”<sup>5</sup>. Na mesma linha, Nos “Parâmetros para a atuação de assistentes sociais na Política de Saúde” encontra-se competência parecida, contudo, mais pontual como a de “prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade” (CFESS, 2010, p.36).

Desde a Constituição Federal de 1988, estabeleceu-se que os conselhos de direitos conformam espaços legítimos das políticas públicas (contribuindo desde o momento da formulação até o controle das mesmas) e são considerados espaços em potencial para o Serviço Social prestar assessoria.

A criação dos conselhos concorreu para a diversificação e o alargamento de demandas para a intervenção do assistente social, que passam geralmente a estar inscritas nas ações de implantação dos conselhos; capacitação de conselheiros, mobilização e organização popular para a formulação, gestão e avaliação de programas e serviços sociais; pesquisa e planejamento sociais, dentre outras (Duriguetto, 2013, p.347).

A partir de relato apresentado por Bravo e Matos (2010), a assessoria prestada em casos de trabalho popular via conselhos de direitos pode envolver ações como: a realização de cursos de capacitação de conselheiros; a realização de seminários de gestão participativa; a elaboração de planos e planejamentos estratégicos da política setorial; levantamento de dados para subsidiar a atuação de sujeitos coletivos e indivíduos conselheiros e outras ações educativas.

Percebe-se a viabilidade do saber profissional ser exercido nos conselhos seja como representante do governo ou da sociedade civil. Um trabalho, inclusive, que pode ser estendido

---

<sup>5</sup> A distinção entre competências gerais e competências específicas é feita no documento, permitindo inferir que, dentre o universo de ações às quais o Serviço Social pode ser chamado a intervir de forma não exclusiva, há aquelas que dialogam mais diretamente com o arcabouço teórico e interventivo adquirido pela profissão.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

para além do espaço conselheira, ou seja, que busca estabelecer interlocuções com os movimentos sociais mais diretamente envolvidos e/ou afetados pela política pública setorial em questão. Até porque, a ausência de força social crítica nos espaços de controle social só contribui para perpetuar a negligência estatal para com os serviços sociais destinados à população.

Sem dúvidas, enriqueceria a discussão se houvesse mais relatos de interlocução profissional em espaços ocupacionais dentro e fora das políticas sociais. Contudo, acreditamos que estes poucos relatos já são suficientes ao menos para revelar ser possível construir relações institucionais e extra-institucionais. Não endossamos o discurso de que o trabalho com os movimentos sociais implica abandonar o exercício profissional, ao contrário disso, entendemos que essa interlocução seria capaz de ampliar nosso horizonte interventivo.

O compromisso da categoria com as lutas sociais e com a mobilização popular significa um momento importante do processo de concretização dos princípios apontados no projeto ético-político, possibilitando, inclusive, a potenciação e qualificação da própria organização política da mesma (MARRO, 2011, p. 320).

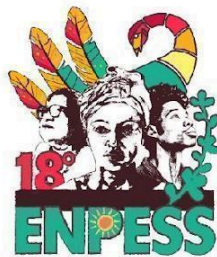
sobre reafirmar os valores democráticos e a soberania popular em seu dia a dia. Assim como o trabalho de assistentes sociais sempre será tensionado na lógica do apaziguamento das lutas sociais, também o será na lógica de reconhecimento e apoio dessas mesmas lutas e sujeitos insubordinados<sup>6</sup>. Por esta razão, nos textos de Marro também se propõe a reflexão sobre como as lutas dos setores subalternos interpelam o Serviço Social e acabam por se mostrar imprescindíveis no processo de disputa do significado social da profissão e do direcionamento dado à nossa intervenção.

[...] buscamos mostrar que os traços de luta e resistência que esses sujeitos acionam no enfrentamento da questão social abrem novos horizontes para o exercício profissional – tensionam as correlações de força institucionais; colocam novas requisições que desafiam os clássicos procedimentos de intervenção; questionam as rotinas que reproduzem relações clientelistas orientadas à passivização dos sujeitos coletivos –, assim como trazem conhecimentos e competências que enriquecem o perfil profissional (Marro, 2011, p. 320).

Em segundo lugar, analisamos a importância da articulação do Serviço Social com as lutas sociais, como uma possibilidade de ampliação e potenciação dos horizontes institucionais da intervenção profissional (Marro, 2011, p. 321).

---

<sup>6</sup> Sobre esta tese da polarização do trabalho promovida pelos interesses de classes antagônicas, conferir a obra de Yamamoto e Carvalho, “Relações sociais e Serviço Social”.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

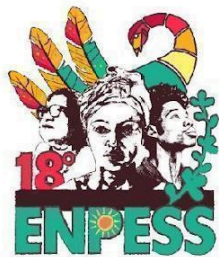
As respostas profissionais, em geral, incidem em situações de carência, negligência, violência etc. que, com mais frequência, são associadas a questões de ordem natural ou sobrenatural do que com questões de ordem sócio-estrutural. A leitura de totalidade, portanto, lhe possibilita apreender o fenômeno social em sua essência (que são as relações sociais) e a característica educativa de seu trabalho pode ser criticamente exercitada para contribuir com a elevação do nível de consciência.

Em outras palavras, atuar sobre os conflitos não precisa ser sobre atuar “colocando panos quentes”, mas pode ser uma tentativa de colocar em perspectiva a máxima de que problemas coletivos demandam respostas coletivas. Isso porque o futuro não está dado e a história não é linear, por isso, é importante considerar sua contribuição para uma correlação de forças favorável aos/as trabalhadores/as e para projetos contra-hegemônicos, os/as profissionais poderiam usufruir dos espaços democráticos (sem ludibriar-se com o discurso reformista) trabalhando no cotidiano com a elevação do nível de consciência política.

### **3- Considerações Finais**

Uma interpretação possível sobre os momentos de maior ou menor aproximação entre a profissão e os MS estaria relacionada diretamente com o contexto histórico, que ora registrou momentos de refluxo nas lutas sociais e ataques ao regime democrático, ora registrou momentos de ascensão das lutas populares ou de conquistas político-institucionais importantes em prol da classe trabalhadora. Todavia, a despeito dessas nuances que indicam uma interlocução ora mais expressiva ora menos expressiva, poderíamos falar de uma relação instituída entre a profissão e os MS considerando aspectos como a produção teórica acerca das lutas sociais e dos MS, as parcerias e alianças firmadas entre as entidades da categoria profissional e os diferentes sujeitos coletivos, as experiências de intervenção profissional já desenvolvidas em espaços institucionais e extra-institucionais.

A pouca produção sobre as interlocuções estabelecidas pode refletir o quadro geral de empregabilidade (no sentido de não ser muito usual a contratação de assistentes sociais por MS, por exemplo) e a própria realidade social que tende a ser desfavorável aos MS e demais organizações da classe trabalhadora e subalterna (seja pela criminalização das lutas sociais; pelo reforço de preconceitos, estereótipos e mentiras pela grande mídia; pela prevalência de



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

compromissos profissionais mais alinhados aos valores e interesses do capital; dentre outros aspectos).

Com isso, entende-se que a defesa de se construir relações e alianças entre estes atores precisa considerar e analisar uma série de fatores, dentre as quais se tem as condições concretas de trabalho impostas aos/às profissionais e o próprio reconhecimento que o/a profissional demonstra ao escolher ou não escolher desenvolver sua ação profissional junto aos MS.

Outras questões pairam e nos convidam a reflexão: se os espaços ocupacionais tendem a não reconhecer o trabalho político com os MS como uma competência de assistentes sociais e ainda os/as sobrecarregam com várias requisições institucionais, como enfrentar essa rotinização e burocratização do trabalho que pode dificultar a interlocução com os movimentos sociais? Como estimular o/a assistente social a construir essa ponte de diálogo e parceria superando possíveis ingerências no trabalho que o descaracteriza, superando possíveis incompreensões que tratam como um tipo de desvio de função as ações de fortalecimento dos sujeitos coletivos e como superar as situações em que de fato as requisições se tornam um desvio?

São questões pertinentes ao todo da categoria profissional, implicando as instâncias representativas e suas lutas, evidenciando o esforço coletivo do Serviço Social para reagir às ingerências sobre o trabalho profissional, colocando em perspectiva a importância da construção de saídas coletivas para problemas que afetam o conjunto da profissão. Afinal, as pressões, assédios e ingerências sofridas por assistentes sociais nos diferentes espaços de trabalho, que comprometem a autonomia profissional, podem e devem ser enfrentados em conjunto. Por isso, entendemos que situações problemas que atingem boa parte da categoria profissional, demandam debates e tratativas também de ordem coletiva.

Os arranjos organizativos da classe trabalhadora podem ser muito variados (em formatos, em pautas programáticas e em perspectivas ideológicas), portanto, é interessante que os/as profissionais percebam, respeitem sua autonomia e fortaleçam os mais alinhados aos princípios e valores do projeto profissional.

Se por um lado, para a classe trabalhadora em luta todo auxílio é bem-vindo, por outro lado, para o segmento crítico da profissão, os avanços e conquistas democráticas e emancipatórias dos MS são igualmente importantes para fortalecer o atual projeto ético político. Entendemos que nessa relação, tanto é possível fortalecer a luta dos/as trabalhadores/as sem



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

lhes confiscar a voz <sup>7</sup> como também é possível avançar na ampliação das atribuições e competências profissionais sem descaracterizar o trabalho dos/as assistentes sociais.

No passado, o contexto de ascensão das lutas sociais somado à aproximação e incorporação da teoria social crítica, contribuiu para que a profissão compreendesse as contradições do capitalismo e os desdobramentos da exploração do trabalho. Em grande medida, o atual projeto ético-político profissional (desde seu surgimento e até sua hegemonia) depende tanto da auto-organização política dos/as assistentes sociais quanto do fortalecimento de uma base social comprometida com a democracia radical, com o combate às opressões e com a luta anticapitalista. Por isso se insiste na ideia de que o trabalho junto aos movimentos sociais populares fortalece o projeto profissional na medida que pode contribuir, ainda que indiretamente ou de maneira auxiliar, com a construção de um projeto societário contra hegemônico. Fortalecer o sentido de solidariedade de classe e atuar com os sujeitos que fortalecem a democracia radical, constrói condições para tornar o cenário mais favorável à manutenção da hegemonia do atual PEP.

Defendemos que a hegemonia do atual PEP está diretamente ligada ao potencial que a ação profissional tem quando é desenvolvida junto às organizações da classe trabalhadora. E aqui estamos pensando numa intervenção crítica que busca contribuir, ainda que na esfera da defesa de direitos (que não necessariamente é revolucionária, mas implica o estímulo à organização, mobilização social e participação política), na luta contra hegemônica. A lógica é que, o projeto profissional crítico tem melhores condições de ser fortalecido no bojo de uma sociedade majoritariamente convencida de que uma realidade sem exploração do trabalho e sem opressões é possível.

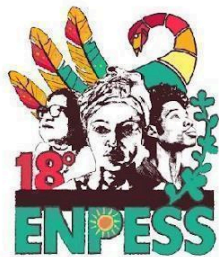
## Referências

ALAGOANO, Veronica Medeiros; GONÇALVES, Taciane Couto. “A mobilização popular na experiência de assessoria técnica às pessoas atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão”. In.: **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. 17, 2022. Anais eletrônicos.

On-line: CFESS, ABEPSS, ENESSO, 2019. Disponível em:  
<<https://www.cfess.org.br/cbas2022/uploads/finais/0000001106.pdf>>. Acesso: 25/06/2024.

---

<sup>7</sup> A intervenção profissional não substitui a auto organização popular. Inclusive, em determinadas circunstâncias, falar e agir pelo outro pode ser uma forma de confiscar uma experiência de democratização do poder.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de. “O potencial de contribuição do Serviço Social na assessoria aos movimentos sociais pelo direito à Saúde”. In.: BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de. (Orgs.). **Assessoria, Consultoria e Serviço Social**. 2ed. São Paulo. Cortez, 2010.

CFESS. **Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde**. Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Brasília (DF) – 2010.

CFESS. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Brasília (DF) – 2011.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; SOUZA, Alessandra Ribeiro de; SILVA, Karina Nogueira e. “Sociedade civil e movimentos sociais: debate teórico e ação prático-política”. In.: **Katálysis**. Florianópolis v. 12 n. 1. 2009.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. “Conselhos de direitos e intervenção profissional do Serviço Social”. In.: BRAVO, Maria Inês Souza; MENEZES, Juliana Souza Bravo de. **Saúde, Serviço Social, Movimentos Sociais e Conselhos**. 2 ed. São Paulo. Cortez, 2013.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. “Criminalização das classes subalternas no espaço urbano e ações profissionais do Serviço Social”. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 128, 2017 (p. 104-122).

FARAGE, Eblin; HELFREICH, Francine; MORAES, Camila Barros; SOUZA, Maria Caroline da Silva. “Extensão Universitária como Espaço de Construção de Instrumentos de Educação Popular em Acampamentos Urbanos”. In.: MARRO, K. I.; BARBOSA, E. C. V.; SANTOS, S. (Orgs.). **Caminhos metodológicos, saberes e práticas profissionais e populares em territórios de resistência**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021.

GONÇALVES, Taciane Couto; LOPES, Lorhana Luize. “O Serviço Social no Sindicato dos/as Trabalhadores/as da Educação de Minas Gerais”. In.: **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. 16, 2019. Anais eletrônicos. Brasília-DF: CFESS, ABEPSS, CRESS-DF, ENESSO, 2019. Disponível em: <  
<https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/531>>. Acesso: 25/06/2024.

GTP MOVIMENTOS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL-ABEPSS. **Subsídios para o debate sobre as lutas e os movimentos sociais na formação profissional em Serviço Social**. Relatório do colóquio do GTP Movimentos Sociais e Serviço Social, XVII ENPESS. GTP 2021-2022. Rio de Janeiro, dezembro de 2022. Disponível em:  
<https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidios-para-o-debate-sobre-as-lutas-e-os-movimentos-sociais-na-formacao-profissional-em-servico-social-202303221328505426170.pdf>>. Acesso: 22/03/2023.

MARRO, Katia Iris. “Serviço Social e Movimentos Sociais: Reflexões sobre Experiências de Extensão Universitária” In.: **Temporalis**, Brasília (DF), ano 11, n.22, 2011.





Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

---

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

MARRO, Katia Iris. “A Questão Social Pela Lente das Rebeliões E Insurgências Subalternas Contra O Extrativismo: Quando As Desigualdades Sociais Não São Silenciosas”. In: **Revista Goitacá**, v. 1, n. 2, 2022.